

Sobre a Crise na Zona do Euro¹

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

Luiz Eduardo Simões de Souza³

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas notas relativas à atual crise na área do Euro. Com uma breve introdução à teoria das crises e território, buscou-se descrever os eventos que levaram a mesma para o espaço da moeda única europeia numa ocupação dos países centrais para os periféricos àquele bloco econômico. A crise que se iniciara como um episódio de mercados financeiros do outro lado do Atlântico, termina a primeira década do século 21 determinando as decisões de política econômica dos países mais frágeis da Zona do Euro. Estes, passam pelo desmonte de suas estruturas de proteção ao trabalhador para poder atender as demandas do sistema dominante através da Troika: Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional, e Comissão Europeia.

Palavras-chave: Economia Internacional, Crise e Território, União Europeia, Zona do Euro, História Econômica Contemporânea.

ABSTRACT

The present text presents some notes about the current crisis in the Euro Area. With a brief introduction to the theory of crises and territory, we sought to describe the events that led to the crisis involving the two group of countries inside the bloc, the central and the peripheral ones. The crisis that begins as an episode in financial markets across the Atlantic, ends the first decade of the 21st century determining the economic policy decisions of the weakest countries in the Euro Area. These include the dismantling of their structures for worker protection in order to meet the demands of the dominant system represented by the Troika: European Central Bank, International Monetary Fund and European Commission.

Palavras-chave: International Economy, Crisis and Territory, European Union, Euro Area, Contemporary Economic History.

1 Este artigo contém excertos modificados da tese de doutorado “EXPANSÃO E CRISE NA UNIÃO EUROPEIA. UM OLHAR PARA A ECONOMIA DA ZONA DO EURO: 2000-2010”, defendida em 18-dez-2014, FFLCH-USP.

2 Doutora em História Econômica pela FFLCH-USP, professora do curso de Economia da UFJF-GV.

3 Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP. Professor do curso de Economia da UFJF-GV.

1- INTRODUÇÃO

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o continente europeu encontrava-se devastado pelo conflito que havia mobilizado o maior contingente de países envolvidos numa só guerra até então. Em termos práticos, a guerra destruíra cidades, a maioria dos parques industriais, vias de comunicação como ferrovias e pontes, campos de plantio, além de computar perdas humanas recordes, com cerca de 55 milhões mortos, 35 milhões de feridos, 20 milhões de órfãos e 190 milhões de refugiados⁴.

Nesse cenário, em contraponto à Europa Oriental, alinhada com a URSS, renasceria a ideia de criação de um bloco econômico alinhado aos EUA, mas, ao mesmo tempo, economicamente autônomo. Este seria construído lentamente, entre 1948 a 1989, com vários tratados, acordos e discussões sobre cada ponto, discutido à exaustão pelo grupo que começara com seis países e chegaria a 12 ao final da década de 1980, quando, mais uma vez, uma nova configuração de poder se tornaria presente no continente.

O final da Guerra Fria, e o desmonte do bloco soviético seriam um novo marco para os rumos da integração europeia, agora livre da divisão Leste-Oeste. Mas, se as novas gerações já não eram presas de antigas inimizades, as antigas rivalidades de cunho nacionalista voltariam a motivar conflitos pontuais no continente europeu.

O início do século XXI assistiria a intervenções militares, massacres, “limpezas étnicas”, e guerras justificadas pelo discurso da “Guerra ao Terror”, além de crises especulativas que levaram a unificação europeia a uma nova fase de busca de identidade e discurso que, se por um lado afirmava vantagens para todos os membros no campo econômico, por outro lado, era incapaz de uma postura comum nas arenas política e jurídica.

A proposta de uma constituição para todos os cidadãos do bloco seria rechaçada pelos próprios cidadãos, e entravaria o processo por alguns anos até que se pudessem criar mecanismos jurídicos capazes de aprovar o conteúdo da constituição sob outro nome e forma. Para coroar o processo, uma crise financeira, com origem na não realização de investimentos em papéis de origem estadunidense, e garantidos em última instância pelo governo daquele país, alavancaria a crise de dívida pública de alguns países do subconjunto da União Europeia: a Zona do Euro. Sem liberdade para aplicar políticas fiscais, monetárias ou cambiais próprias, tais países se veriam obrigados a

⁴ Conforme HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995.

arcar com os custos da opção realizada por seus bancos privados, no mercado financeiro internacional. Assim, usando sua arrecadação para financiar o retorno esperado dos aplicadores de tais instituições, as perdas seriam repassadas à população que não poderia mais contar com os serviços públicos. Nesse contexto, com protestos nas ruas, desemprego crescente e aumento da pobreza, aventou-se pela primeira vez, especular sobre o processo através do qual os países membros poderiam abandonar a Zona do Euro – ou serem expulsos dela – enquanto a Troika⁵ entrava em ação para “sanear” as contas públicas de tais países.

As presentes notas buscam mostrar a evolução dessa crise na Zona do Euro e os principais eventos que ocorreram nos primeiros anos da mesma com vistas a detectar se a crise começou nos países centrais e se deslocou para os periféricos⁶, ou não.

2- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O Lugar das Crises

Uma das vertentes temáticas que motivou a consolidação do pensamento econômico, no século XVIII, no que viria a ser a Economia Política, foi aquela das crises econômicas. A grande maioria dos primeiros economistas expôs suas ideias num contexto que poderia ser entendido como crise, ora antevendo-a (como David Ricardo, com seu “estado estacionário” ou Thomas Malthus, com seu dilema populacional), ora propondo maneiras de evitá-la (como Adam Smith, com sua crença na expansão irrefreada da divisão do trabalho ou como os Fisiocratas, que propunham um elevado dispêndio da classe proprietária como maneira de se manter o ritmo e volume do crescimento da renda em seu *Quadro Econômico*).

Independentemente da escola de pensamento econômico que se observe, ou do viés teórico que se adote, uma crise é caracterizada por: (1) Retração, estagnação ou crescimento insuficiente do produto; (2) Piora geral ou localizada das condições materiais dos agentes dentro do ambiente econômico; e (3) Esgarçamento da ordem social ora estabelecida, muitas vezes acompanhada de esgarçamento da ordem política.

5 Comissão conjunta do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

6 Neste texto, parte-se do pressuposto que os países centrais são aqueles com maior poder de decisão nas instituições da Zona do Euro – Banco Central Europeu, Parlamento Europeu, etc. Assim, Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Espanha são considerados como centrais. Já os países periféricos são os de menor participação no PIB da área e possuem menos votos nas instituições do bloco.

Para analistas que buscam uma apologia ou uma contribuição ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, por exemplo, o enfoque caminha notoriamente para uma melhoria marginal ou escalar da taxa de excedente apropriado ao final de cada processo pela classe capitalista (1), balizada pela maximização dos riscos representados pelos elementos (2) e (3). Analistas mais atentos à historicidade das relações sociais de produção percebem que um modo de produção como o capitalista não funciona por meio de mecanismos de maximização ou minimização de variáveis. Mas sim da manipulação de seus resultados, de maneira a afirmar e manter uma estrutura de classes. Ou seja, o elemento (3) seria o determinante, em última análise, de (1) e (2). Assim, uma crise econômica pode ser entendida como resultado de “desequilíbrios”, ou “inépcia de operação” nas variáveis de política econômica por alguns, mas outros a entenderiam como o resultado - cíclico - de uma forma de organizar as forças produtivas da sociedade⁷.

Assim, para uns, as crises seriam desvios, aberrações sistêmicas⁸, resultantes da falta de visão de longo prazo e eventos absolutamente extrínsecos à natureza das relações produtivas. Para outros, seria exatamente a natureza das relações produtivas que demandaria movimentos no capital, que mobilizariam determinadas ações humanas e seriam entendidos como crises. Segundo Engels⁹:

A lei da concorrência significa que a procura e oferta se completam sempre e nunca. Os dois aspectos são de novo separados e opostos, de maneira abrupta. A oferta segue sempre imediatamente à procura, mas não chega nunca a satisfazê-la completamente; esta é ou demasiado grande ou demasiado pequena, nunca corresponde a oferta, porque neste estado de inconsciência da humanidade ninguém sabe qual é a dimensão de uma ou de outra. Se a procura excede a oferta, o preço sobe e deste modo a procura, de certa maneira, é perturbada; logo que isto se manifesta no mercado, os preços caem e quando a queda da procura se acentua, a baixa dos preços é tão significativa que a procura se sente de novo estimulada. E isto continua assim, sem cessar: nunca um estado salutar, mas uma constante alternância de excitação e abatimento que exclui todo progresso, uma eterna oscilação sem que nunca se atinja o fim. (...) Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a repartissem entre si, a flutuação da concorrência sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como

7 Conforme Wilson Barbosa, in COGGIOLA, 1996, p. 314: “as vicissitudes do sistema capitalista não se devem a acidentes ou naturais, ou à má administração de indivíduos. Elas estão na natureza de crise do regime, na sua exploração do trabalhador, são seus elementos mais dinâmicos. Para crescer, explora, e por explorar sofre colapsos periódicos. A queda dos salários, a desvalorização dos preços das matérias-primas, a desvalorização do capital, etc, são as fontes da queda geral dos preços que acarreta desemprego maciço e impulsiona novas atividades econômicas”.

8 Conforme Leon Walras: “(...) assim como o lago é, às vezes, perturbado pela tempestade, o mercado é às vezes agitado violentamente por crises, que são perturbações súbitas e gerais do equilíbrio. E tanto melhor poderemos reprimir ou prevenir essas crises quanto melhor conhecermos as condições gerais de equilíbrio”. (WALRAS, 1883 (1874): p. 208)

9 ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). *Fredrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 70-71.

átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão; e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: devem pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa de trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou.

Tendo em vista que essa última visão incorpora a análise histórica, e a outra simplesmente dela prescindir (pois propõe seu método como algo aplicável a qualquer contexto histórico, ao modo das leis da Física Newtoniana¹⁰), deduz-se que uma análise histórico-econômica do fenômeno das crises será tanto mais rica em resultados quanto mais próxima estiver de uma teoria econômica que incorpore a história em seu método. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels não somente aplicaram tal procedimento como desvendaram uma característica das crises econômicas muito cara ao modo de produção capitalista – a sua *conveniência* à classe dominante:

Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e são por elas entravadas. E assim que superam um obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza que produziram. Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para preveni-las¹¹.

Karl Marx, em seu estudo crítico da Economia Política, rompeu com o lugar-comum da “insuficiência do produto” *per se*, postulada pela Escola Clássica e seus antecedentes (1758 –1848). Para ele, as crises decorreriam de uma contradição básica do modo de produção capitalista, posto que:

As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de

10 Um exemplo significativo dessa postura, ainda que carente de originalidade, está presente nos apêndices A e B dos *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall, em que o autor atribui à explicação histórica, um papel “complementar” ao da teoria positiva.

11 MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848), p. 33-34.

consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites muito estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista, dada pelas contínuas revoluções nos próprios métodos de produção, pela desvalorização sempre vinculada a elas do capital disponível, pela lei concorrencial geral e pela necessidade de melhorar a produção e ampliar a sua escala, meramente como meio de manutenção e sob pena de ruína. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado, de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre mais a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontroláveis. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória, não há, de modo algum, nenhuma contradição, no fato que excesso de capital esteja ligado com crescente excesso de população; pois mesmo que se juntassem ambos, a massa de mais-valia produzida iria aumentar, aumentando com isso a contradição entre as condições em que essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada.¹²

Assim, existiriam dois tipos de crise, entendida como "o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade"¹³, quais sejam: as crises *parciais* e as crises *totais*. As crises parciais dizem respeito a fenômenos como os ciclos econômicos, que envolvem uma fase de crescimento econômico relativamente elevado, seguida pela estagnação ou depressão das atividades econômicas. Estas consistem uma face crônica do capitalismo. Paul Sweezy¹⁴ identificou o que seriam dois subtipos específicos de crises econômicas na visão das crises parciais de Marx. Um estaria ligado à tendência decrescente da taxa de lucro; outro, à incapacidade dos capitalistas para venderem as mercadorias pelo seu valor, ou de realizá-lo.

A esses dois subtipos, somar-se-ia um terceiro, ligado ao aumento da extensão e complexidade da divisão do trabalho. Dada a estreita relação entre as empresas dos diferentes setores, que se dá no Capitalismo Industrial, há entre elas uma significativa interdependência, o que indica uma fragilidade sistêmica. A falência de uma empresa estratégica no sistema - uma instituição financeira ou um grande grupo industrial, por exemplo - afetaria várias outras empresas, podendo comprometer o conjunto de empresas de uma economia como um todo¹⁵.

Existe ainda um outro tipo de crise econômica para Marx. As crises que conduziriam a transformações de uma sociedade, e mostrariam o desvanecimento dos

12 MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (1894) Livro III, volume IV, p.176.

13 BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983), página 83.

14 SWEEZY, P. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1942), capítulos X, XI e XII.

15 Conforme SHAIKH (1978, p. 226 – 231), BARBOSA (in COGGIOLA, 1996, p.312.) e BOTTOMORE (1988, p.84).

pressupostos que definem as relações sociais de produção ora vigentes, colocando em xeque a contradição fundamental desse tipo de sociedade, qual seja, a apropriação privada da produção social. Assim, por se tratarem de fenômenos ligados ao desenvolvimento humano – posto que envolvem as relações sociais produtivas entres estes – as crises possuem historicidade e territorialidade, ou seja, são limitadas em tempo e espaço. A concepção clássica de crise econômica deriva da noção de equilíbrio constituída em seu contexto histórico. Assim, as crises reconhecidas como tal pelo pensamento econômico do século XIX estão ligadas à noção de “desequilíbrio” econômico, a qual consistia simplesmente na identificação de eventuais condições desfavoráveis à acumulação irrefreada de capital, limitando-se a diagnosticar e resolver tais crises ao ajuste favorável ao capital em tais condições.

Desse modo, a concepção do fenômeno das crises como algo não apenas necessário, mas intrínseco ao próprio modo de produção, obteria maiores evidências empíricas com os desdobramentos da história europeia na chamada “Era dos Impérios” de 1870 a 1914 e na “Era da Catástrofe”, de 1914 a 1945¹⁶. No ápice da Segunda Revolução Industrial, situaram-se não apenas duas guerras mundiais (1914 e 1939), mas uma crise global (1929) e uma revolução (1917 na Rússia).

A intensificação do processo de acumulação de capital também traria consigo a centralização e concentração do mesmo, com o aumento da temperatura bélica entre os “espaços de poder” estabelecidos com a consolidação dos Estados Nacionais, fundamental e majoritariamente burgueses.

Ainda que servisse às conveniências de liquidez e investimentos de capital da metrópole britânica, o padrão ouro não sobreviveria hegemônico aos questionamentos de outros países europeus que se industrializaram, assim como os EUA. Nesse período, a concepção de crise também sofreu uma ligeira evolução no lado que herdou e manteve – mesmo contra as evidências e incongruências com o interesse de classe – a tradição clássica. O enfoque no equilíbrio e a análise de crises como o estudo de anomalias que conduziriam ao desequilíbrio deu lugar ao reconhecimento da necessidade de crescimento do produto com a manutenção, ainda que mínima, de alguma distribuição deste, a ser provida dentro da Agenda do Estado.

É importante observar que tal mudança se deu, em maior medida até, diante do ambiente político instaurado a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

¹⁶ Conforme divisões estabelecidas por HOBBSAWM, E. em *Era dos Impérios:1870- 1914*. Lisboa: Perspectiva, 1987 e *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995

com a presença de uma forte potência socialista, a URSS, em contraponto ao novo centro do Capitalismo, os EUA. Uma deterioração das condições de vida, e uma imiserção progressiva dos trabalhadores, sobretudo europeus, poderiam conduzir a processos revolucionários, que teriam o amparo, que não seria apenas ideológico, da URSS. Essa necessidade conduziu à construção da ilusão de um capitalismo “civilizado” nos moldes do Estado de Bem Estar Social, que se convencionou chamar de “Era de Ouro” (1945 a 1970).

Com o fim da sustentação de liquidez internacional – e do processo de reconstrução da Europa Ocidental – pelos EUA no início da década de 1970, com o fim do padrão dólar fixo, instaurou-se, por parte das autoridades constituídas de seus Estados Nacionais, a necessidade de estipular-se outro arranjo. Tal rearranjo do espaço de poder, e uma vez deixada de lado a garantia de ajuste para o equilíbrio do crescimento econômico rumo a uma acumulação progressiva, tornava-se necessário o rearranjo do ambiente institucional com novos papéis para os agentes envolvidos.

Essa guinada também teve seu correlato no pensamento econômico, com a revalorização da ideia de equilíbrio em contraponto à crise, associada agora à instabilidade econômica. Isso, evidentemente não impediu que as crises continuassem com seu padrão de comportamento ligado às necessidades acumulativas, gerando um comportamento responsivo e preventivo de constituição de territórios comuns de defesa do interesse do capital, sobretudo com o final da URSS em 1991. Para alguns autores¹⁷, o aumento da busca por realização do capital passaria a dominar o cenário das crises:

A tendência do capital financeiro é manter fora da esfera produtiva massas de capitais sob a forma dinheiro. É então que aparece a sua tendência propriamente parasitária. Tal como no entesouramento, estes capitais, como massas de valores, constituem uma retirada que refreia a reprodução global.

A Crise do Lugar

Entendido o território como *lugar de poder*, na definição clássica de Claude Raffestin¹⁸ é cioso o fato de que o poder sobre o território implica em poder sobre os recursos materiais deste, e vice-versa. Mesmo quando existe uma dicotomia na natureza do poder – por exemplo, *poder de direito* e *poder de fato* – é aceitável que se

¹⁷ De acordo com DELILEZ, Jean Pierre. Os Monopólios. São Paulo: Editorial Estampa, 1972, p.146.

¹⁸ Conforme RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993

compreenda tal dicotomia como um todo, ao se realizar a análise das relações do poder com o meio.

Em uma dimensão produtiva, a estrutura se relaciona com o meio nos aspectos da produção e consumo, estabelecendo o que, dos recursos existentes pode ser considerado como útil, o caráter dessa utilidade, e a disponibilidade dos recursos a tal fim. Essa condição nunca é gratuita, mas sim o resultado de relações sociais de produção, o que equivale a dizer que a capacidade de gerar riqueza de uma sociedade, assim como sua capacidade de gerar resíduos, ou mesmo lixo, e mesmo o conceito dessa sociedade do que seja riqueza, resíduo ou lixo é produto de suas relações produtivas estabelecidas em sua base. Já em uma dimensão política, entendido o território mais uma vez como *lugar de poder*, há uma dupla possibilidade. Pode-se compreender o meio ambiente como a dotação de recursos sobre a qual o poder exercerá seu *pathos* ou sua razão de ser.

Nesse sentido, a política é o ambiente no qual se relacionam as forças sociais movidas por interesses dos quais faz parte não apenas o território em si, com sua denotação material, mas também seu significado imaterial, sua representação no imaginário coletivo. Assim, a cada força política corresponde um projeto (deliberado ou não) político de relação com o território¹⁹.

As crises afetam de maneiras distintas o território. É preciso considerar os elementos que constituem o ambiente econômico em si, e não apenas encarar a crise como um evento isolado do todo, nem entender-se o ambiente econômico como um sistema estático, ou “equilibrado”²⁰, no qual a crise se insere como elemento desagregador. Antes, é necessário conceber a crise – em suas múltiplas facetas – como um elemento pertinente e até funcional do sistema econômico no qual ocorre.

Uma crise produtiva, por exemplo, tem suas razões nas condições em que se dá a produção, antes de afetar o equilíbrio de preços entre oferta e demanda. Dificilmente os aspectos daquelas condições de produção não terão impacto sobre outras produções, ou mesmo sobre os arranjos e rearranjos das preferências dos consumidores. Dada a existência de uma economia monetária, mesmo o uso da liquidez presente ou a propensão ao consumo podem ser afetados por elementos introduzidos por uma simples

19 Segundo LACOSTE, Y. *Geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.

20 Com isso, não estamos negando o equilíbrio como condição sistêmica, mas apontando para seu caráter dinâmico, sujeito às mudanças de direção, sentido e intensidade das forças econômicas nele ingerentes.

mudança nas condições produtivas. Nesse sentido, uma crise tem muito do impacto de uma inovação tecnológica, mas no sentido oposto do crescimento do produto.

Outro exemplo, este de natureza mais ampla, seria o de uma crise financeira. A falta de confiança nas transações econômicas pode ser um forte inibidor da prosperidade. Aliás, a prudência, se defende através das “*sound economic policies*” uma economia das crises financeiras que venham a lhe assolar, é em muitas ocasiões, quando excedida em seu uso, culpada de geração de capacidade ociosa, destruição de capital fixo e crescimento econômico abaixo do nível da demanda efetiva.

Há mais de um século da apresentação de sua teoria de crises, Marx preserva sua atualidade na apreensão de que as crises vinculam-se às contradições presentes em relações sociais de produção específicas, as quais envolvem o território em que seus dois aspectos materiais – população e meio ambiente – torna-se lógica a inferência de que, entendidas as crises como momentos de questionamento e mudanças sistêmicas (sejam pontuais ou estruturais), transformações correlatas nas relações sociais produtivas nesses pontos de esgarçamento das relações produtivas trariam não apenas a superação das crises, mas o estabelecimento de relações mais saudáveis da humanidade com seu meio²¹.

Os dois pilares de sustentação empírica da expansão do modelo de desenvolvimento predominante – criação e ampliação de mercados e sucessivas inovações tecnológicas – ora apresentados como soluções para os impasses trazidos pelas crises nas teorias de clássicos de Adam Smith e David Ricardo, não saem mais do papel para a solução de problemas atuais²². As iniciativas de teóricos da economia ambiental, os quais elaboraram conceitos como “custos ambientais”²³, a partir dos quais seria possível a formulação de políticas de fomento da sustentabilidade (a maior parte delas, de caráter fiscal) teriam uma eficiência variável entre o efeito paliativo de prazo determinado por variáveis monetárias e a mais absoluta inocuidade.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o papel da Europa na Ordem Mundial fazia-se claro: tratava-se de distribuir o outrora hegemônico território, entre os novos polos de poder, EUA e URSS. A divisão se deu, na maior parte dos casos, no nível dos Estados Nacionais em uma dispersão meridional (Ocidente-Oriente)²⁴.

21 Segundo FOSTER, J. Marx e a Ecologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

22 De acordo com INVERNIZZI, N. e FOLADORI, G. *As Nanotecnologias ajudam a superar a pobreza?* Inclusão Social, Vol. 1, No 2 (2006)

23 PIGOU, A. *Wealth and Welfare*. Cambridge: John Wiley & Sons, 4th ed. 1955 (1912).

24 Não é fora de propósito que uma das exceções tenha sido justamente a Alemanha, cuja partilha territorial no pós-guerra se deu no nível interno ao do Estado Nação entre os vencedores do conflito.

Nesse sentido, uma consequência importante da manutenção dos Estados Nacionais europeus foi a manutenção correlata da autodeterminação desses mesmos Estados em promover sua reconstrução e recuperação econômica como um bloco. Por outro lado, uma consequência da “Era da Catástrofe” parece ter sido a consciência, em nível europeu, de que a ação conjunta integrada, ou a constituição de um “território europeu” seria mais adequada à sobrevivência do continente como um todo do que a competição e conflito internos. De toda a forma, o desenvolvimento pleno dessa concepção, como um movimento político dos Estados Nacionais europeus, seria refreado pela Guerra Fria e pela atuação dos dois polos de poder, EUA e URSS, no continente, por quase meio século. Com o arrefecimento dessa influência, ou ao menos a mudança da natureza dessa influência, em meados dos anos 1980, as conversações sobre a constituição de um lugar comum às nações europeias, assumiram um papel de maior seriedade.

No entanto, vale destacar a composição do bloco europeu a partir de dois territórios distintos, o dos países do Sul, e dos países do Norte. O Sul sendo o elo mais fraco do bloco. As economias centrais como Alemanha e França, dependem dos mercados dos países do sul já que a expansão de seu poder fora do bloco, conta com adversários bem posicionados, sejam os países emergentes, em especial a China, sejam os países asiáticos, e os EUA²⁵.

A integração produtiva e de mercados consumidores poderia, por um lado, trazer vantagens ao capital que já há muito se encontrava, através das corporações, com as barreiras nacionais extrapoladas. O fim da URSS também deixou a descoberto várias oportunidades de acumulação de capital nos países do extinto Pacto de Varsóvia. Sob esses aspectos, a integração territorial pareceria o passo mais adequado ao capital.

Contudo, a extensão dessa integração poderia trazer algumas questões de ordem no tempo. Em primeiro lugar, essa integração deveria obedecer a algum grau de hierarquia entre as nações participantes, ou como se estabeleceria no sistema representativo das decisões dessas mesmas nações? Ademais, uma vez estabelecidas as relações institucionais, ou as “regras do jogo”, qual o procedimento adequado para se lidar com economias estruturalmente díspares, de maneira que pudesse ser considerada, sob algum critério, isonômica? A coordenação de políticas comerciais, fiscais, monetárias, e cambiais envolvendo fatores de capital e trabalho, constitui uma terceira

25 Conforme AMIN, Samir. A crise do imperialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1977. Pp.32-35.

questão: como organizá-la de modo a satisfazer concomitantemente as demandas de acumulação de capital e de representatividade dos Estados Nacionais?

Assim, a crise que se iniciou em 2007 e 2008, na Zona do Euro parece obedecer, no plano dos modelos explicativos, a uma relação dual: trata-se de uma crise territorial, mas também de uma crise dos territórios. O ambiente histórico que envolve a formação da União Europeia e a Zona do Euro pode ser descrito de acordo com Hobsbawm:

A Nação, “hoje”, visivelmente está em vias de perder uma parte importante de suas velhas funções, nominalmente aquela da constituição de uma “economia nacional” confinada territorialmente, que formava, ao menos nas regiões desenvolvidas do mundo, um bloco estabelecido na “economia mundial” mais ampla²⁶.

A corrosão de economias nacionais no território europeu conduziu, assim, as redes de transações econômicas e fluxos de capital para além do controle dos Estados. Isso não significou que a utilidade de um comitê gestor dos interesses do capital, tivesse perdido o seu sentido maior. Este apenas se ampliou para além das formas de representatividade consolidadas nos últimos duzentos anos. A criação, assim, de órgãos supranacionais, é reflexo disso, pois, segundo Hobsbawm:

Não apenas as velhas “economias nacionais” (desenvolvidas), principais blocos estabelecidos no sistema mundial, foram substituídas por associações ou federações maiores dos “estados nações”, tais como a Comunidade Econômica Europeia, e entidades internacionais controladas coletivamente como o Fundo Monetário Internacional, como ainda, a emergência dessas entidades é um sintoma de retrocesso no mundo das “economias nacionais”²⁷.

Para estes, “a ideologia das nações e do nacionalismo, é irrelevante” pois, o papel dos mesmos, a partir da segunda metade do século XX, e no primeiro decênio do novo século, seria mais disperso e voltado às particularidades extra econômicas:

(...) na Europa, lar tradicional do princípio da nacionalidade, um número bem maior de movimentos nacionais existentes atualmente, do que aqueles que é possível lembrar, desistiu, na prática, de idealizar a independência estatal como seu objetivo final.²⁸

Esse desvio de foco dos nacionalismos europeus, dessa forma, deu-se em duas frentes. Em primeiro lugar, na expansão capitalista para além das barreiras dos Estados Nacionais; e, em segundo lugar, em sua orientação para questões externas ao interesse do Capital, em sua grande maioria. De toda a forma, não é fora de propósito, identificar os movimentos europeus ligados às reivindicações dos trabalhadores vincularem-se eventualmente a discursos de cunho ideológico nacionalistas, ou mesmo um eventual e pontual recrudescimento de sentimentos xenofóbicos localizados, ao longo do processo de consolidação de União Europeia. Mas também é necessário afirmar que estes

26 De acordo com Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos desde 1780*, pp.206.

27 Idem.

28 De acordo com Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos desde 1780*, pp.210.

permaneceram por todo o processo sob o controle das forças politicamente interessadas na integração.

3- O FENÔMENO DA CRISE NA ZONA DO EURO, 2008-2010

A queda nas taxas de juros dos EUA nos anos 1990, a desregulamentação dos mercados financeiros, a grande quantidade de dinheiro disponível nos mercados, proveniente dos excedentes comerciais da China, do Japão, da Alemanha e dos países do Oriente Médio, o aquecimento do consumo a nível global e o investimento desenfreado em busca de retornos cada vez mais elevados (...) tudo facilitou uma crise que era esperada e não pode ser considerada surpresa para ninguém que lidasse com o mercado financeiro.²⁹

A última década do século XX assistiu crises monetárias graves, como no Leste da Ásia em 1997 e na Rússia em 1998. A causa mais imediata para tais crises era a prática de tomar empréstimos nos bancos do Ocidente, para investir em projetos internos. Em geral, os empréstimos eram de curto prazo e o retorno dos investimentos era de longo prazo. Assim, quando se espalharam rumores a respeito do alto endividamento desses países, os credores se recusaram a fazer a rolagem da dívida, e precipitaram uma onda de colapsos das moedas nacionais, além de repúdio à dívida russa.

Como forma de evitar a repetição desse cenário, nos anos seguintes, a Rússia e os países asiáticos, incluindo a China, passaram a reter parte de seus superávits na forma de reservas de divisas. Assim, com o passar dos anos, essa reserva aumentou substancialmente, e especula-se que a soma de todas essas reservas dos países superavitários extrapole o dobro do que seria necessário para garantir a estabilidade de suas moedas nacionais. Somente em 2008, estimava-se que excediam a casa dos trilhões de dólares³⁰. No entanto, tais reservas, não ficaram à disposição dos governos, mas compõem o que se passou a chamar de *Fundo Soberano*. Estes são fundos de investimento privado, administrado pelos governos, porém não se situam no aparato financeiro oficial e sim num sistema paralelo e sem as limitações das reservas oficiais.

Em paralelo à criação dos diversos Fundos Soberanos, após as crises do final do século XX, e ainda durante a recuperação das crises russa e asiática, em 2001, visando atrair os investidores e o retorno de dólares ao país, Alan Greenspan, presidente do

29 Conforme MONTEIRO, Luís. *Os últimos 20 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.p.111-112.

30 De acordo com informações de MORRIS, Charles. *O crash de 2008, dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009. Pp.146-152

Federal Reserve System (FED) à época, decidiu aumentar a captação dos investimentos para o setor imobiliário. Desse modo, na contramão das expectativas, decidiu-se utilizar taxas de juros muito baixas, com o objetivo de atrair uma clientela específica: os norte-americanos de baixa renda. No entanto, O FED sabia que era necessário convencer os intermediários financeiros e imobiliários a aceitar esse tipo de cliente. A solução encontrada foi garantir tais empréstimos pelo governo, através da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*³¹.

Em resposta, bancos de vários países do mundo, atraídos pelas garantias dadas pelo governo dos EUA, financiaram as imobiliárias através das duas instituições que estavam autorizadas a captar empréstimos em qualquer lugar do mundo. Essa foi a origem do sistema das hipotecas *Subprimes*, empréstimos hipotecários de alto risco. Uma vez que as exigências para liberação desses empréstimos aos interessados em comprar a casa própria, não exigiam garantias ou renda suficiente para o pagamento dos mesmos vinham com taxa de juros não fixa. Na realidade, eram financiamentos de casas, muitas vezes conjugados com a emissão de cartões de crédito, concedidos a famílias que os bancos já sabiam não ter renda suficiente para arcar com suas prestações. Enquanto houvesse valorização do mercado de imóveis, não haveria problemas³². Numa segunda etapa, os bancos que criaram essas hipotecas, criaram derivativos³³ negociáveis no mercado financeiro, que passaram a ser vendidos para outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão de todo o mundo³⁴. Destaca-se que os Fundos Soberanos continuaram a ser aplicados nos títulos do Tesouro dos EUA e não nos derivativos das hipotecas, pelo simples fato de estes últimos serem então papéis de alto risco.

Quando, em 2005, o FED aumentou a taxa de juros para tentar reduzir a inflação nos EUA e atrair mais dólares de volta ao país, o preço dos imóveis caiu, tornando

31 A Federal Home Loan Mortgage Corporation (FHLMC), conhecida como Freddie Mac, é uma empresa garantida pelo governo dos Estados Unidos com autorização para realizar empréstimos e dar garantias a empréstimos. Foi criada em 1970 para expandir o mercado secundário de hipotecas no país através da compra de hipotecas no mercado de créditos hipotecários, e a seguir, pode revender esses compromissos de quitação empréstimos no mercado mundial. Da mesma forma, a Federal National Mortgage Association (FNMA), conhecida como Fannie Mae, era uma empresa de capital aberto, garantida pelo governo dos Estados Unidos e autorizada a conceder e garantir empréstimos. Até setembro de 2008, Fannie Mae e Freddie Mac possuíam ou garantiam aproximadamente 50% do mercado de hipotecas dos EUA, que totalizava US\$12 trilhões. (Segundo informações da History News Network, disponíveis no endereço <http://hnn.us/article/1849>, acesso em 30 de maio de 2014).

32Conforme informações de CASSIDY(2011), FOX(2010); FRAILE (2009); OLIVEIRA (2012); LAQUEUR(2012), MARSH(2011); MELLO e SPOLADOR (2010); e STIGLITZ (2010).

33Derivativos são ativos financeiros negociados nos mercados de futuros e de opções com liquidação futura baseados em contratos de dívidas a serem resgatados numa data determinada.

34 Vale lembrar que os fundos de pensão concentram as economias de muitos cidadãos norte-americanos para poderem, no futuro, receber suas aposentadorias no sistema de capitalização privada.

impossível o refinanciamento dos contratos por parte dos clientes³⁵. Estes pararam de pagar as parcelas de suas dívidas, e começou um fenômeno de inadimplência em massa. Quem possuía esses títulos derivativos não conseguiu mais negociá-los, o que desencadeou um efeito cascata e criou um desequilíbrio no sistema bancário internacional, em 2007.

Dessa forma, uma política que começou com a cedência de empréstimos em excesso para aquisição de casas a clientes que tinham poucas condições de arcar com essas dívidas, levou ao uso de derivativos com uma classificação de risco tipo AAA³⁶. Tal atraiu o interesse de bancos e financeiras, que adquiriram esses papéis. Então, com o não pagamento das dívidas, os derivativos perderam seu valor e os fundos de investidores que haviam apostado neles, perderam a aposta. Deu-se a crise.

As carteiras de investimentos que aplicaram nesses fundos se liquefizeram praticamente da noite para o dia. Adicionalmente, os imóveis em geral perderam o valor, em um mercado inundado de imóveis encalhados pelos desalojados do *Freddie Mac* e *Fannie Mae*. A estratégia seguinte foi socorrer os bancos e seguradoras em problemas através de aportes financeiros elevados, com suas origens nas reservas oficiais dos governos envolvidos. Destaca-se que, os países que recorreram a essa estratégia, não são os mesmos que possuem os Fundos Soberanos³⁷.

Primeiros Sinais da Crise na União Europeia

Apesar de a data inicial da crise estar associada ao segundo semestre de 2007, há sinais dela desde janeiro daquele ano, quando a empresa estadunidense de hipotecas *Ownit Mortgage Solutions Inc.* declarou falência por dever 93 milhões de dólares ao banco Merrill Lynch. Este foi o primeiro a declarar que não possuía condições de receber a

35 Era comum, nos EUA, que os contratos de aquisição de imóveis tivessem um prazo de até 12 meses de carência para amortização do valor principal, ao fim do período de carência, o empréstador poderia renegociar a dívida, já que o imóvel teria aumentado de valor e o novo contrato de empréstimo lhe daria um novo prazo de carência, reiniciando o processo.

36 Durante os anos entre 2001 e 2007, as Agências de Risco deram a nota AAA a este tipo de derivativo, mas não se sabe que critério utilizaram para chegar a essa classificação. Vale destacar que estas agências de classificação de risco são empresas privadas e que não possuem regras definidas ou são alvo de qualquer tipo de regulamentação por parte das autoridades. Não disponibilizam online seus critérios de classificação e quando o fazem, após procedimentos de cadastro, exibem cálculos complexos e nebulosos, que envolvem os mais diversos tipos de variáveis, como grau de corrupção e expectativa de vida.

37 Os países que possuíam os maiores Fundos Soberanos em 2008, eram: Abu Dhabi, Noruega, Cingapura, Arábia Saudita, Kuwait, China, Rússia, Canadá, Austrália, Qatar, Estados Unidos, Líbia, Brunei, Coreia do Sul e Malásia. O Brasil criou o seu no final desse ano segundo informações disponíveis em <http://www12.senado.gov.br/noticias/fundo-soberano>, acessado em 08-08-2014.

divida e a declaração criou tensão já que mesmo um banco do porte do Merrill Lynch não poderia sofrer uma perda desse volume de recursos impunemente para seus acionistas.

No mês seguinte, foi a vez da *Mortgage Lenders Network Inc.* declarar falência. Esta empresa ocupava o 15º. lugar em volume de negócios *Subprime* nos EUA. Em março e abril, as falências continuaram com perda de 11 bilhões de dólares pelo banco HSBC, e a falência das empresas *New Century* e *Countrywide Financiala*³⁸. Era a crise já estabelecida.

Diante do quadro, o presidente do FED, Ben Bernanke, foi à imprensa para afirmar que a crise de crédito não iria prejudicar a economia dos EUA, com o objetivo de impedir o pânico entre investidores e acionistas. Mas a promessa de Bernanke seria ignorada, quando da divulgação do volume de perdas com crise do *Subprime*, que já estava avaliado em 150 bilhões de dólares somente nos EUA³⁹.

Em agosto de 2007, a *American Homes* – uma das maiores empresas de hipotecas dos EUA – declarou falência. Os bancos centrais de diversos países se reuniram para aumentar a liquidez disponível nos mercados através de mais uma “injeção de liquidez”. Assim, o FED injetou 43 bilhões de dólares, o BCE, 95 bilhões de Euros e o Banco do Japão, 8,4 bilhões de dólares. Começou então o resgate aos bancos em perigo de falência em consequência das perdas resultantes das aplicações feitas em *subprime*. Adicionalmente, o FED baixou a taxa de juros de 6,25% para 5,75% visando aumentar as operações de crédito e manter o crédito. Ainda assim, bancos como HSBC fecharam escritórios pelo mundo todo e estimou-se que as perdas até o momento eram de 250 bilhões de dólares pelo mundo todo⁴⁰.

Em outubro, numa nova tentativa de acalmar os aplicadores, um consórcio de bancos americanos, apoiados pelo governo, anunciou a criação de um fundo de 100 bilhões de dólares para emprestar às instituições financeiras que fossem vítimas da crise de *Subprime*. E o FED baixou novamente as taxas para 4,5%. Ainda assim, no mês seguinte, o FED injetou mais 41 bilhões de dólares em empréstimos bancários a taxas de juros baixas. Em novembro, o valor estimado da perda com os *Subprimes* já era de 400 bilhões de dólares e investidores aproveitavam para adquirir cotas de bancos como

38Conforme informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso e02m -03-2013.

39De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

40Segundo informações disponíveis em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso em 11-01-2013.

o Citigroup. Este, somente numa operação de captação de liquidez, vendeu uma quota de 7,5 bilhões de dólares para investidores dos Emirados Árabes no final do ano⁴¹.

O ano de 2007 iria se encerrar com mais um acordo entre os principais bancos centrais do mundo, para injetar mais 100 bilhões de euros nos mercados interbancários, numa ação sem precedentes coordenada pelo FED. Este injetou 20 bilhões de dólares, somente durante o mês de dezembro. A OCDE avaliou em 300 bilhões de dólares, a perda dos EUA em *Subprimes*, durante 2007⁴².

Em 2008, o índice *Dow Jones*, da bolsa estadunidense, continuou a apresentar resultados negativos, e o FED e o BCE anunciam novas injeções de liquidez nos mercados. Ao mesmo tempo, as empresas *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, possuidoras de mais de doze trilhões de dólares em crédito imobiliário, foram adquiridas pelo governo dos EUA que assumiu tal dívida. Em outubro, o FED anunciou um novo pacote de resgate ao setor financeiro, com 700 bilhões de dólares. Logo em seguida, o governo lançou mais um programa de 250 bilhões de dólares de apoio aos bancos. Nesse mesmo mês, o FED anunciou que compraria seus títulos de dívida de curto prazo por 540 bilhões de dólares, como forma de injetar liquidez nos mercados e desbloquear o mercado de crédito. Adicionalmente, em ação conjunta, o FED, o Banco Central da China, e o Banco Central do Japão reduziram suas taxas de juros.

Em resposta a todo esse conjunto de medidas, investidores dos países árabes como Qatar e Emirados Árabes, injetaram 5,8 bilhões de libras nos mercados estadunidenses. Somente a China, em novembro, injetou 586 bilhões de dólares, para compensar a redução do investimento estrangeiro na sua economia. Nos EUA, o Citigroup recebeu uma nova injeção de 20 bilhões de dólares, com contrapartida da participação do governo na sua estrutura acionária⁴³. Era uma estatização inédita no país defensor do não intervencionismo público no seio sagrado das empresas privadas. No quadro 1, pode-se observar o total de aportes feitos pelas autoridades financeiras dos EUA e Zona do Euro nesse período:

41De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

42Conforme informações disponíveis em <http://www.oecd.org/els/soc/OECD2012SocialSpendingDuringTheCrisis.pdf>, acesso em 30-05-2014.

43Segundo informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

Quadro 1: Aportes do BCE e FED (em Bilhões de Dólares)

	BCE	FED
2007	340	243
(*)	11%	8%
2008	540	950
(*)	18%	31%

(*) Em porcentagem do PIB da Alemanha no mesmo ano.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Eurostat e Relatórios do BCE 2007 a 2009.

Curiosamente, em maio de 2008, as autoridades da Zona do Euro comemoravam uma década de implantação da segunda fase do Euro, e a Comissão Europeia descrevia a união monetária como:

Um sucesso retumbante... no espaço de uma década, o Euro se tornou claramente a segunda moeda mais importante do mundo; o Euro trouxe estabilidade econômica, promoveu a integração econômica e financeira, e gerou comércio e crescimento a seus membros, criou uma estrutura firme e sustentável das finanças públicas que ajudam a garantir às futuras gerações os benefícios do sistema social que torna a Europa famosa no mundo todo⁴⁴.

Apesar do aparente otimismo das declarações oficiais do BCE, membros dos BCNs iam a público fazer declarações não tão agradáveis. Karl Otto Pöhl, ex-presidente do Bundesbank e Lorenzo Bini Smaghi – membro do BCE – cogitavam o que aconteceria se um país desejasse abandonar a moeda única e retornar à antiga moeda nacional. No caso, sobre uma possível saída da Itália, afirmavam:

Não se pode excluir totalmente a possibilidade de um país passar por uma recessão e por tempos difíceis que o levem ao ponto de considerar a possibilidade de abandonar a área do Euro para retornar ao uso de sua moeda anterior. Mas uma ruptura nesse nível nunca aconteceu numa área como a UME. Não pode nem ser comparada ao desmembramento da antiga União Soviética em 1991. O que aconteceria com a dívida desse país? Ficaria em Euros? Ou no caso da Itália, em Liras? Isso aumentaria a dívida para com diversos países do bloco, e o evento seria mais similar à crise da Argentina em 2002 do que à crise Russa de 1998. Não seria apenas uma crise monetária e sim uma crise política em larga escala. Levaria até a uma suspensão do funcionamento da União Europeia⁴⁵.

Ainda assim, pelo discurso oficial da União Europeia, os sinais de crise haviam sido ignorados. Episódios como a não distribuição de dividendos a seus acionistas pelo banco alemão *German Bank West*, e a suspensão pelo francês *BNP Paribas* de três fundos de investimento que negociavam *Subprimes* seriam considerados episódios normais decorrentes da crise dos EUA. Houve o quase colapso do banco alemão *German Sachsen Landesbank*, que teve que ser resgatado pelo concorrente *Baden-Wuerttemberg Landesbank*. Em setembro de 2007, o banco alemão *IKB* anunciou

44De acordo com Johan OVERTVELDT, *The end of the Euro: The uneasy future of the European Union*, Chicago: Agate, 2011, p.77 – tradução dos autores.

45 Conforme David MARSH em *The Euro, the battle for the new global currency*. UK: Yale University Press, 2011. Pp. 281. (Tradução dos autores).

perdas de bilhões de dólares em investimentos no mercado de *subprime* americano. Já no Reino Unido, adotou-se, à contramão dos demais bancos centrais, a decisão de aumento da taxa Libor para 6,8%, visando atrair mais investidores. No entanto, o *Victoria Mortgage Funding* anunciou risco de falência, enquanto o banco *Northern Rock* pediu apoio urgente ao Banco de Inglaterra. Ainda nesse período, o banco suíço *UBS* disse ter perdido 690 milhões de dólares somente no terceiro trimestre. Por fim, ao final do ano, o Banco da Inglaterra reconheceu o erro estratégico e reduziu as taxas de juro para 5,5%⁴⁶.

A Crise na Zona do Euro

A partir da metade de 2008, a crise não podia mais ser negada e as autoridades da Zona do Euro foram forçadas a admitir sua existência. O Relatório de 2008 do BCE traria um estudo detalhado da crise, dividindo-a em quatro grandes períodos como se tivesse se iniciado ainda naquele ano e, no início de 2008, o BCE alterou sua taxa de juros de forma a atrair liquidez. Mas a crise se espalhou e, em fevereiro, o governo inglês anunciou a nacionalização do falido *Northern Rock*. Até mesmo o *Credit Suisse* admitiu erros nos preços de alguns produtos financeiros que precisavam ser reavaliados para baixo. Somente no mês de outubro de 2008, o governo holandês adquiriu a parte holandesa do banco *Fortis*. O governo alemão anunciou um pacote de resgate do banco *Hypo Real Estate*. E o *BNP Paribas* assumiu a operação do recém nacionalizado Banco *Fortis* da Bélgica e Luxemburgo. O governo holandês precisou injetar 10 bilhões de euros no *ING*, para evitar sua falência. Para encerrar o mês, o governo irlandês foi obrigado a dar garantia de 100% a todos os depósitos à vista feitos nos bancos. Isso para evitar que a população corresse a retirar o dinheiro das suas contas⁴⁷.

Entretanto, os bancos centrais dos EUA, Zona do Euro, Grã-Bretanha, China, Canadá, Suécia e Suíça coordenaram, pela primeira vez, uma diminuição em suas taxas de juros, como tentativa de acalmar os ânimos dos países que caminhavam rumo à insolvência, e fornecer crédito⁴⁸.

No dia 14 de novembro, finalmente, as autoridades monetárias europeias admitiram que a economia da Zona do Euro estava em recessão. No entanto, os técnicos

46 Conforme informações disponíveis em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso em 14-05-2014.

47De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

48Conforme o Relatório do BCE de 2008, pp. 195-198.

do BCE já alertavam as autoridades da Zona do Euro para uma outra crise que se gestava na região:

O aumento da volatilidade no mercado das obrigações de dívida pública, de um modo geral, tornou os participantes no mercado menos dispostos a ceder continuamente liquidez entre si colocando uma cotação limite às transações de grandes montantes nos mercados de ordens com limite de preço. Embora as obrigações de dívida pública mais líquidas, como as emitidas pelos governos dos Estados Unidos e da Alemanha, tenham constituído um refúgio seguro para os investidores financeiros durante a crise financeira, a liquidez tem estado sob pressão mesmo nesta classe de ativos(...) Os dados disponibilizados pelas plataformas eletrônicas utilizadas na transação de obrigações de dívida pública europeias apontam para quedas substanciais quer nos volumes transacionados quer nas cotações mínimas, mesmo no caso dos títulos mais líquidos. São igualmente visíveis sinais de deterioração da liquidez⁴⁹.

A crise estava se transferindo para as negociações de títulos da dívida dos países. Os montantes injetados no sistema bancário – também chamados de “injeções de liquidez” – começavam a mostrar o fundo dos bolsos dos governos que haviam salvo os bancos e agora precisavam de ajuda para fechar suas contas. Não sem falta de críticas, pois já se escrevia à época que,

As recentes medidas das nossas autoridades apenas atentam para um único aspecto da crise atual: a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e seguros. E mesmo isso, somente numa extensão muito limitada. Na realidade, as ‘enormes quantias empregadas’ não representam senão o pagamento dos depósitos, por assim dizer. Muito mais será necessário no futuro, (...) onde bem além da liquidez, uma outra dimensão apenas da crise financeira refere-se à quase catastrófica insolvência dos bancos e das companhias de seguros. Esse fato fica claro quando os seus passivos assumidos especulativa e irresponsavelmente são de fato levados em conta.⁵⁰

Num primeiro momento, na Zona do Euro, a pressão começou sobre os países que não haviam cumprido o Pacto de Estabilidade e Crescimento nos anos anteriores. Desse modo, a regra dos 3% do PIB voltaria à pauta e estava na hora do desmonte das estruturas de apoio social que, como dito na cerimônia de celebração do aniversário da implantação da segunda fase do Euro, haviam tornado os países da Europa famosos.

Alguns dos países que apresentavam dificuldades em fechar suas contas começariam a enfrentar a intervenção e exigências da *Troika* – grupo formado pela Comissão Europeia, BCE e FMI. Estes passaram a analisar as contas dos países com maior endividamento, começando a ditar onde e como os governos deveriam cortar seus gastos, e aumentar sua arrecadação.

Ao final do ano, em seu relatório de 2008, o BCE tentava explicar as operações realizadas em relação à crise do *Subprime* e, ao mesmo tempo, lembrava aos países da

49Relatório do BCE de 2008, p.50.

50Conforme MÉZÁROS, István em A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.pp.23

necessidade de evitar a crise das dívidas públicas, através do cumprimento do que havia sido acordado no PEC:

Como resposta à crise financeira mundial e às suas consequências para as instituições financeiras europeias, governos, bancos centrais e outras autoridades públicas a nível europeu estão a proceder à implementação de medidas com vista a estabilizar os mercados financeiros e a economia em geral. Estas operações governamentais incluem nacionalizações (parciais) de bancos, injeções de capital (recapitalizações), aquisição e/ou troca de ativos financeiros e concessão de avais (relativamente a depósitos e novas emissões de dívida por parte dos bancos, bem como a crédito interbancário). (...) Um desafio de política fundamental é evitar que a crise financeira e o subsequente abrandamento econômico reduzam a credibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas. Na UE, o PACTO DE ESTABILIDADE e CRESCIMENTO fornece o quadro apropriado para a condução e coordenação das políticas orçamentais, tanto em períodos favoráveis como desfavoráveis⁵¹.

A ligação das atividades de socorro ao sistema bancário somente teriam afetado os orçamentos governamentais e aumentado o endividamento dos mesmos no longo prazo, conforme os técnicos do BCE explicavam, à guisa de defesa dos pacotes de austeridade:

Para além do impacto direto sobre os défices e a dívida, as operações de resgate dos bancos implicaram em riscos orçamentais mais abrangentes que se poderão concretizar com um impacto adverso sobre as contas das administrações públicas a médio e longo prazo. Os governos assumiram dois tipos de risco orçamental. As responsabilidades contingentes representam a primeira fonte de risco. Têm aumentado substancialmente desde o início da crise financeira, não podendo ser excluída a possibilidade de, no futuro, serem necessárias garantias adicionais e/ou de algumas garantias serem acionadas. Ao final de 2009, as responsabilidades contingentes implícitas, medidas pelos recursos consagrados a sistemas de garantia, situaram-se em 20,1% do PIB para os governos da área do Euro, enquanto as responsabilidades contingentes explícitas, medidas pelas garantias efetivamente utilizadas pelos bancos, ascenderam a cerca de 9,4% do PIB. Uma segunda fonte de risco orçamental refere-se ao efeito do apoio estatal ao sector bancário (por exemplo, recapitalizações bancárias, aquisições de ativos e empréstimos) sobre a dimensão e composição do balanço governamental. (...) Por último, os custos orçamentais decorrentes do apoio ao sector bancário são parcialmente compensados por dividendos, juros e comissões pagos aos governos pelos bancos em troca de apoio financeiro. Para concluir, **uma avaliação dos custos orçamentais líquidos do apoio estatal ao sector bancário deve adotar uma perspectiva de longo prazo que não se limite ao ano em que o apoio foi efetivamente prestado e deve considerar as implicações mais alargadas do mesmo para o balanço governamental**⁵².

Entretanto, devemos destacar que em plena turbulência financeira, os chamados Fundos Soberanos voltaram a atrair as atenções de países como a Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália e Japão – conhecidos como os países do

51Relatório do BCE 2008, pp.87-88.

52Relatório BCE 2009, pp.42-44, grifo nosso.

G07 – que iniciaram negociações com o FMI, já no início de 2008, visando estudar formas de regulamentar e controlar tais reservas.

Acompanhando o parecer, os técnicos do BCE informavam, como se pode observar no quadro 2, os montantes acumulados nos dez países com maiores reservas, e a variação das mesmas entre 1999 e 2008:

Quadro 2: Reservas em bilhões de dólares dos dez maiores detentores de divisas em 2008.

País	1999	2008	Varição (%)
China	146,60	1756,70	1098%
Japão	211,40	973,80	361%
Rússia	6,70	554,10	8170%
Índia	29,50	302,30	925%
Taiwan	93,00	290,10	212%
Brasil	31,20	199,80	540%
Algéria	5,10	133,20	2512%
Tailândia	28,80	103,00	258%
México	30,80	93,00	202%
Turquia	31,20	75,50	142%

Fonte: Boletim Mensal do BCE de 19-01-2009, pp.77.

Curiosamente, tal assunto não voltaria a aparecer nos relatórios ou boletins do BCE até o ano de 2010. Os Fundos Soberanos não são mais mencionados nos documentos, assim como não se observa mais nenhuma preocupação com os altos volumes de divisas em poder de países cujo superávit comercial se dá através da exportação de commodities. Aparentemente, o assunto perderia o interesse do clube dos mais ricos. Apesar da evidente consequência que um montante de dólares dessa magnitude teria sobre a economia do país de origem. Se, o principal investimento feito pelos administradores dos Fundos Soberanos era na compra de papéis da dívida pública dos EUA, fica claro que para salvar seus bancos das consequências de investimento de alto risco feitos pelos próprios, o governo havia emitido tais títulos para captar o máximo possível da liquidez de sua moeda fora de suas fronteiras. Tal liquidez havia sido utilizada para providenciar o retorno esperado pelos aplicadores que não aceitaram que um alto retorno está sempre associado a um alto risco, e que risco significa a perda do que foi aplicado.

Assim, no caso estadunidense, a socialização da escolha ruim das instituições financeiras foi estatizada numa manobra que escandalizaria qualquer defensor da não interferência do governo sobre as sagradas forças de mercado. Já no caso europeu, a partir de 2009, a crise deixaria de ser uma turbulência de mercados especulativos, mudando até de nome para *Crise das Dívidas Soberanas*⁵³, passando a afetar milhões de

⁵³As chamadas Dívidas Soberanas referem-se às dívidas públicas, internas ou externas dos países. Não se deve confundir com os chamados Fundos Soberanos.

cidadãos do velho continente. Estes viram seus sistemas de educação, saúde e segurança social sofrerem cortes que os tornaram ineficientes. A própria constatação de ineficiência serviria como justificativa para a privatização dos mesmos.

O desemprego e a exclusão social resultantes desse processo aumentaram. A mídia propagandeava que a culpa da crise europeia vinha dos gastos públicos excessivos de países como Portugal, Grécia e Irlanda; um exagero, se pensarmos que juntos, não representavam à época, mais do que 6% do PIB da Zona do Euro. Suas populações não somavam mais que 6,5% do total da região. Até mesmo os países do antigo bloco socialista foram acusados de terem drenado os recursos do BCE, acusação sem sentido e que não seria nem mencionada pelas autoridades da *Troika*, que concentraram sua atenção nos países do sul: Portugal, Espanha e Grécia. Estes haviam sido escolhidos como bodes expiatórios, para ocultar as perdas e as crises dos grandes bancos alemães, franceses e italianos.

Os dois últimos anos da década mostrariam um agravamento da situação dos bancos europeus. Assim, no ano de 2009, a Irlanda tentou enfrentar a instabilidade interna nacionalizando o *Anglo Irish Bank*, e injetando onze bilhões de Euros no *Bank of Irland* e no *Allied Irish*. Já o governo grego admitiu um déficit orçamental de 12,7% do PIB, mais do dobro do prometido pelo governo às autoridades da *Troika*. A divulgação foi acompanhada de uma nova promessa de reduzir o déficit para 8,7% do PIB para o ano seguinte. Tal promessa não agradou as Agências de Risco, que continuaram a reduzir a nota dos títulos do Tesouro grego, e conseqüentemente, dificultando ainda mais sua negociação. Em 2010, a situação continuou a piorar, com mais declarações das Agências de Risco. Elas decidiram rebaixar as notas dos papéis da Grécia para a classificação “lixo” e, em seguida se voltaram para os títulos de Portugal e Espanha, começando a campanha de rebaixamento dos títulos dos mesmos⁵⁴.

No quadro 3 pode-se observar o deslocamento da crise pelos diferentes territórios, num sentido centro para periferia. A crise se incia claramente nos chamados “países grandes” da Zona do Euro, Alemanha e França, onde os primeiros bancos a declarar concordata ou falência se manifestam. Em seguida, os países médios, mas ainda do grupo de fundadores do bloco econômico, apresentam empresas em dificuldades, e somente depois há o deslocamento para os chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha):

⁵⁴De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

Quadro 3: Ocorrências(*) em empresas privadas 2007-2011, países selecionados.

	2007	2008	2009	2010	2011
Alemanha	3	2	0	0	0
França	1	1	0	0	0
Grã-Bretanha	5	6	0	0	0
Holanda	0	2	0	0	0
Bélgica	0	1	0	0	0
Itália	0	0	0	0	6
Irlanda	0	1	4	10	8
Grécia	0	0	5	31	31
Portugal	0	0	0	16	17
Espanha	0	0	0	6	5
Total ocorrências	9	13	9	63	67

Fonte: Elaborado a partir de dados Relat. BCE 2007 a 2011. (*) Pedidos de concordata e de falência de grandes conglomerados financeiros por país.

Ainda em 2009, as autoridades monetárias da Zona do Euro elaboraram o *Relatório do Grupo de Alto Nível*, sob a presidência de Jacques de Larosière, e publicado em fevereiro de 2009. Esse relatório apresentou um conjunto de recomendações para um novo quadro institucional da UE, voltado à supervisão das instituições financeiras. Em seguida, a Comissão Europeia emitiu as propostas legislativas para o Conselho da UE e o Parlamento Europeu de modo a colocar as recomendações em prática. Resumidamente, as propostas sugeriam a criação de um *Comitê Europeu do Risco Sistêmico* (CERS), que seria responsável pela supervisão das instituições da Eurozona – Bancos Centrais Nacionais e BCE. Em segundo lugar, era necessário criar um Sistema Europeu de Supervisores Financeiros – um grupo de três Autoridades de Supervisão Europeias – que trabalhariam a nível nacional com as autoridades dos BCNs, para avaliar as situações de risco potencial para o sistema financeiro como um todo⁵⁵.

Nesse ano, já atingidos pela crise, e para obedecer às medidas exigidas pela Troika e continuar a receber financiamentos do BCE e FMI, a Espanha anunciou um plano de corte de 50 bilhões de Euros, através de uma redução de 4% nos salários dos funcionários públicos e aumento da idade para aposentadoria de 65 para 67 anos. Já a Grécia anunciou o aumento do Imposto de Valor Adicionado (IVA) de 19 para 21%, além do corte de 33% dos pagamentos feitos aos funcionários públicos, aposentados e pensionistas. Portugal apresentou também um plano de corte de salários e suspensão de pagamento de férias e décimo terceiro salário dos funcionários públicos⁵⁶. Todos os anúncios de medidas acompanhados por manifestações populares contrárias aos cortes.

⁵⁵ Relatório do BCE 2009, páginas 10 a 12.

⁵⁶ Informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

Em 2010, as negociações internacionais para estabelecer algum nível de regulamentação bancária tiveram, no nível do G20, dois encontros: em Londres e Pittsburgh sem grandes avanços. No âmbito do G10, o Grupo de Governadores e Chefes de Supervisão, que é o órgão de superintendência do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, lançou um novo pacote, conhecido como *Acordo de Basileia III*. As regras do *Basileia III*, publicadas em 16 de dezembro de 2010, estabeleciam que os bancos deveriam triplicar para 7%, o nível de capital de reserva, como meio de enfrentar uma perda financeira e ainda assim manter seus compromissos. O BCE aceitou as novas regras, mas estabeleceu um prazo bem longo aos bancos europeus, em alguns casos, até 2019, para que cumprissem essa nova regulação⁵⁷.

Durante todo o ano de 2010, um ciclo de eventos se repetiria sempre seguindo as mesmas etapas: (1) agências de risco rebaixando as notas dos papéis de determinado país; (2) declarações oficiais das autoridades se comprometendo a realizar cortes para melhorar o desempenho das contas do governo e criar superávits, (3) grandes manifestações populares contra os cortes orçamentais, e (4) novos empréstimos do BCE ou FMI para aumentar a liquidez do governo em questão.

De forma geral, os cortes incluíam, aumento de impostos como o IVA, e Impostos sobre a renda, aumento da idade para aposentadoria, congelamento ou diminuição de salários, pensões e aposentadorias dos funcionários públicos, programas de demissão voluntária de funcionários públicos para que passassem a prestar serviços ao governo como autônomos ou empresas. Os cortes evoluíram ainda para fechamento de escolas e privatização de setores da saúde. Os pacotes de ajuda financeira aos países endividados viriam do próprio BCE e do FMI. Em sequência, os governos que receberam a ajuda deveriam socorrer os bancos privados em situação de risco de falência⁵⁸.

Assim, os empréstimos contraídos, em parte, tinham destino certo. Por exemplo, em maio de 2010, o governo irlandês assumiu uma quota de 18% do banco *Allied Irish*, devido à pressão das autoridades europeias para o pagamento da dívida desse banco. Adicionalmente, continuaram os chamados “Pacotes de Austeridade” por parte dos governos como o espanhol (em maio), o português e o grego (em junho). Para mostrar seu lugar de líder no bloco, a Alemanha, em sete de junho,

⁵⁷Em <http://www.infosistema.com/consultoria-de-negocio/compliance-emsiness-consulting/basileia-ii-e-basileia-iii> acesso em 08-06-2014.

⁵⁸ Em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acessado em 12-05-2014

adotou um pacote de impostos e cortes orçamentais para reduzir o déficit alemão nos três anos seguintes, visando atingir os 3% do PIB de déficit público. Buscava assim mostrar aos demais países da Zona do Euro como seria possível chegar a esse patamar. A previsão alemã era de poupar 80 bilhões de Euros nesse período⁵⁹. Tal atitude mostra claramente o papel que Alemanha adotou dentro do grupo,

[...] Obcecado por recuperar a competitividade perdida, no início da década de 2000, o governo alemão não estava disposto a exercer uma liderança no sentido de levar em consideração os interesses dos demais países. Essa política participou amplamente na polarização da Zona do Euro quanto à evolução das competitividades. As elites políticas alemãs têm uma visão distorcida em relação às falhas e às disparidades: cabe aos demais países seguir o caminho alemão fazendo sacrifícios necessários, ou seja, rebaixamentos drásticos de salários e auxílio social. A crise só será resolvida se a Zona do Euro se tornar uma grande Alemanha. Tal atitude é um contrassenso econômico e pode exacerbar as divergências políticas. A Alemanha concretiza mais da metade de seus excedentes comerciais, que são seus instrumentos de regulação de emprego, sobre seus parceiros da Zona do Euro. Se todo o bloco europeu se tornar como a Alemanha, a Zona do Euro passaria a ser um polo exportador para o resto do mundo. Mas a demanda global para absorver esses excedentes, obviamente, não existe.⁶⁰

Ao final do ano, as autoridades retornariam ao discurso otimista e mencionariam que “*Aparentemente o Euro está salvo; ao final do ano, a moeda está de novo tão apreciada frente ao dólar e o yen que o poder de competitividade europeu nos mercados aumentou*”⁶¹. Mas o otimismo não era geral. Para alguns, entender a questão fiscal entre os países da área do Euro como um sistema equilibrado, seria, na verdade, o equivalente a um jogo de par ou ímpar em que no par, a Alemanha obtém superávit, e no ímpar, os demais países ficam em déficit:

O fato de a Alemanha apresentar superávit significa que o conjunto dos demais países apresentará déficit. E o fato de que outros países que não a Alemanha importem mais do que exportam contribui para a debilidade de suas economias.(...) A Zona do Euro precisa de uma cooperação econômica melhor – e não apenas do tipo que simplesmente assegure o cumprimento de regras orçamentárias, mas sim de uma cooperação que também mantenha o pleno emprego e assegure que quando algum país sofra choques fortes na sua economia, ele receba ajuda dos demais⁶².

A crise, que começara aparentemente como um erro de avaliação das Agências de Risco para papéis sem valor, havia se transformado em ataque aos programas de proteção que os trabalhadores europeus haviam começado a conquistar quase um século antes. O discurso da validade da competição e concorrência entre os agentes

59 Em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acessado em 12-05-2014.

60 Segundo Morris. *O crash de 2008* pp.217-218

61 Segundo Walter LAQUEUR em *After the fall, the end of the European dream and the decline of a continent*. Nova York: St.Martin Books, 2011, pp.21 (tradução dos autores).

62 Segundo Joseph STIGLITZ, *O Mundo em Queda Livre*, São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp.454.

econômicos ficaria novamente em voga, como se as intervenções de governos para salvar bancos e financeiras tivessem sido um procedimento não mais do que natural.

4-ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao final da primeira década do século XXI, alguns fatos se mostravam mais que evidentes às economias nacionais presentes na Eurozona. Em primeiro lugar, a integração vislumbrada pela União Europeia e pela Zona do Euro não era, de maneira alguma, uma relação simétrica, ou mesmo que tendesse à simetria, em algum momento. O padrão de crescimento e o dinamismo econômico de um país como a Alemanha, por exemplo, não seria estendido, em condições produtivas, ou mesmo distributivas, aos demais. Isso se tornou evidente a todos os países-membros durante a crise. Em segundo lugar, a padronização de políticas monetárias, cambiais e fiscais não teve efeito correlato no desempenho das economias da Zona do Euro. Ou seja, o lado “real” daquelas economias não reagiu à uniformização do lado “monetário” na mesma medida. A síntese dessa resposta desigual se deu no efeito da crise mobiliária trazida dos EUA em 2007, por sobre os países da Zona do Euro. Em terceiro lugar, a propósito do movimento de financeirização da crise mobiliária dos EUA, nele se deu o caráter assimétrico da extensão das relações internas à Zona do Euro. Países centrais, como Alemanha, França, Itália, Espanha e Países Baixos tiveram plena leniência atuária e facilidades financeiras para contornar a crise. Isso através de políticas monetárias e fiscais de caráter expansivo, mesmo ampliando gastos públicos e emissão de meios de pagamento para além dos limites estabelecidos pelas autoridades de política econômica da Zona do Euro. Países periféricos ao controle político da Eurozona, como Portugal, Grécia e os países do Leste Europeu, tiveram de submeter-se à pressão das mesmas autoridades, em sacrifício de suas próprias economias e do bem-estar de sua população. Em quarto lugar, não houve incremento no dinamismo do comércio interno à Eurozona, em mais um indício do caráter predominantemente financeiro da união em torno da moeda comum europeia.

Reunidos esses elementos, pode-se afirmar que o caráter financeiro da crise estendida à Zona do Euro em 2008 denota a fragilidade do discurso concernente à União Europeia como um todo. A unificação e a padronização monetária e fiscal, realizada através de um conjunto prescritivo de políticas amparadas por um sistema de

representatividade desigual, não poderia servir a outro propósito que não o de ajustar as economias da Eurozona em um sistema de relações do tipo centro-periferia, no qual as economias centrais otimizam suas economias, fazendo uso de margens fiscais ampliadas pelos sacrifícios impostos à periferia. Estas, como a grande maioria dos agentes do mercado financeiro, apenas conferem liquidez ao sistema. O “esquema” de arrecadação dos governos se desloca, com diminuição das taxas sobre o capital e aumento da taxa sobre o trabalho e o consumo. Conseqüentemente, do total arrecadado, os países conseguem fatias cada vez menores das taxas sobre o capital e cada vez maiores sobre trabalho. Por outro lado, não se pode atribuir os efeitos sobre o lado “real” da economia nos países da Eurozona, unicamente à crise mobiliária importada dos EUA em 2008. A perda de solidez estrutural das economias periféricas, acompanhada da perda de dinamismo econômico e do aumento do desemprego são resultados de prazo maior e tributários das políticas fiscais restritivas impostas pelas autoridades monetárias da Eurozona ao longo da década, no referido grupo de países. Visto este indicador em particular, nota-se o sentido prático do funcionamento da integração sob a área do Euro: gerar emprego para os países centrais, transferindo-se o ônus do desemprego estrutural causado pelas políticas de ajuste, aos países à margem do controle da região.

Os relatórios das autoridades econômicas da Zona do Euro mostram o comportamento bipolar destas ora descrito. De um lado, as autoridades mostraram-se tolerantes com as políticas de gastos públicos e manipulações financeiras dos países centrais, associando-as, inclusive à preservação das instituições financeiras da Área. Isso se deu, mesmo quando a ação do país em questão ocorreu no sentido de um comportamento autônomo e de auto interesse. Até mesmo países externos à Zona do Euro, mas influentes no cenário europeu, como a Inglaterra, contaram com a tolerância e boa vontade das autoridades de política econômica da Zona do Euro, para procrastinar cronogramas de integração de políticas econômicas, ignorar metas de ajustes de preços e gastos públicos ou simplesmente abandonar a plenária europeia, sem maiores explicações. De outro lado, dificilmente os países periféricos ao arranjo político da Zona do Euro poderiam falar em boa vontade ou tolerância das mesmas autoridades econômicas. A elas, conduziram-se as metas de redução da ação do Estado, liberalização e abertura interna de suas economias com ação vigorosa. As autoridades daqueles países capitularam, ao que parece, em função dos interesses das elites locais em obter os benefícios econômicos do uso da mesma moeda de países como França e Alemanha, ao

invés de seu numerário já surrado por décadas sucessivas de incorporação dos passivos privados sob forma estatizada.

Em uma circunstância de crise, os países centrais – e novamente, em especial, a Alemanha – comprovaram que os coo usuários do Euro não representavam um problema a ser resolvido, ou um peso a ser carregado, mas uma facilidade a ser utilizada, como zona de refreamento de uma crise vinda de fatores externos, além de área de despejo de apertos fiscais, como se deu, durante o contexto de 2008 a 2010.

Em uma análise mais ampla, verifica-se que as crises do final da década de 1990 vão gerar um sistema de apreensão de divisas pelos países que as haviam sofrido. Assim, China, Cingapura, Rússia e demais países emergentes começariam a amearhar grandes reservas em dólar e usariam tais reservas para adquirir títulos da dívida pública dos EUA, quando as autoridades deste decidiram injetar liquidez no sistema de bancos e seguradoras privadas. Estas, pela lógica de mercado, deveriam ter falido. Os títulos de dívida vendidos aos emergentes se tornaram, também, uma moeda de troca destes para evitar pressões do governo dos EUA, como fica evidente no caso das discussões que aparecem intermitentemente na mídia respeito do câmbio controlado pelo governo chinês e a apreciação de sua moeda.

Por sua vez, os países do bloco do Euro precisaram garantir as expectativas dos investidores que exigiam as promessas de retorno das aplicações, à custa do desmonte de seus serviços públicos e endividamento governamental crescente. Percebe-se então que o endividamento público e o desmonte da estrutura pública, como perdas diretas das aplicações desastrosas feitas por administradores e gestores de fundos, inseridos em empresas privadas que, por sua vez, não tiveram maiores consequências sobre as escolhas feitas, ao exercerem sua função de multiplicadores do capital. A penalidade recaiu sobre a população dos países membros que se viu forçada a abrir mão dos direitos trabalhistas e serviços públicos de qualidade em troca da rentabilidade dos gestores financeiros.

Referências Bibliográficas

- AMIN, S. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977
BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983)
CASSIDY, J. *Como os Mercados Quebram: a lógica das catástrofes econômicas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
DELILEZ, J.P. *Os Monopólios*. São Paulo: Editorial Estampa, 1972.
ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). *Fredrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981

- FOSTER, J. *Marx e a Ecologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOX, J. *O Mito dos Mercados Racionais. Uma história de risco, recompensa e decepção em Wall Street*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.
- FRAILE, J. *La crisis financiera: su impacto y da lespuesta de las autoridades*. Madrid:Global, 2009.
- HOBBSAWM, E. em *Era dos Impérios:1870- 1914*. Lisboa: Perspectiva, 1987.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995
- HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*
- INVERNIZZI, N. e FOLADORI, G. *As Nanotecnologias ajudam a superar a pobreza? Inclusão Social*, Vol. 1, No 2 (2006)
- LACOSTE, Y. *Geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.
- LAQUEUR, W. *After the fall, the end of the European dream and the decline of a continent*. Nova York: St.Martin Books, 2011
- MARSH, D. *The Euro, the batle for the new global currency*. UK: Yale University Press, 2011
- MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848)
- MELLO, P e SPOLADOR, H. *Crises Financeiras: quebras, medos e especulações de mercado. Do século XVII à crise do Subprime e da Zona do Euro*. São Paulo: Saint Paul ,3ª. edição,2010.
- MÉZÁROS, I. em *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MONTEIRO, L. *Os últimos 20 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.
- MORRIS, C. *O crash de 2008, dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009
- OLIVEIRA, H.A. e LESSA, A.C. *Política Internacional Contemporânea – Mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006
- PIGOU, A. *Wealth and Welfare*. Cambridge: John Wiley & Sons, 4th ed. 1955 (1912).
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993
- STIGLITZ, J. *O Mundo em Queda Livre*, São Paulo: Cia das Letras, 2010
- SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1942)